

Nº 990

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1968

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CESE

Do: Prof. Jacques Toffs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de, atendendo à sua solicitação, encaminhar-lhe o relatório de minhas atividades durante os anos 1966, 1967 e 1968, a serviço dos CESE.

Esse relatório inclui as seguintes partes:

1. Estudos Gerais
 2. Colaboração com EPEA/IPEA
 3. Relações com os Estados
 4. Outros projetos
- Lista dos documentos produzidos em 1966, 1967 e 1968
 - Lista de técnicos em Planejamento
 - Lista e roteiro de visitas aos Estados.

Muito atentamente

Jacques Toffs
Jacques Toffs

ESTUDOS GERAIS

Per solicitação dos CEOSE, do IPEA ou dos Estados, ou por considerá-los indispensáveis à melhoria das bases do trabalho de planejamento educacional no Brasil, realizei vários tipos de estudos técnicos, tais como:

ESTUDO DAS DESPESAS COM O ENSINO:

Uma primeira análise deste problema foi feita no documento AJ, baseada no documento "Despesas com o Ensino 1961" da SEEC.

Em 1968 comecei uma investigação muito mais detalhada deste tema, sobre a qual elaborei os documentos provisórios CD e CJ.

Conto agora com a colaboração da Senhorita Lúcia Maria Nagasawa, do IPEA, para completar um estudo mais completo de (a) as despesas por sistemas educacionais (Estados, União, Municípios, Particulares) e (b) as despesas por níveis (Primário, Médio, Superior, demais tipos de ensino e demais programas). Este estudo poderá, provavelmente, ser terminado em maio vindouro.

MATEMÁTICAS EDUCACIONAIS:

O documento BP, completado pelo documento CL, apresenta algumas bases para o desenvolvimento de um sistema de matemáticas educacionais. Essas bases foram aproveitadas em vários estudos, para a análise das características educacionais existentes, para estimar o valor de algumas incógnitas, e para fazer projeções da matrícula por séries.

Estou preparando uma versão muito mais adiantada dos documentos anteriores.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Colaborei na redação dos capítulos do Plano Decenal de Educação do EPEA, referentes à Reforma Administrativa do Ministério da Educação (Documento AX).

O documento CM, sobre a estruturação dos órgãos da faixa normativa no Ministério da Educação foi realizado para oferecer uma possível solução aos problemas com que se defrontou o INEP no início de 1968.

COLABORAÇÃO COM O EPEA/IPEA

PLANO DECENAL DO EPEA E PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO IPEA

Participei ativamente na elaboração do Plano Decenal do EPEA, particularmente no que diz respeito a (1) criação de um modelo sócio-cultural para o desenvolvimento do ensino primário e ginásial, (2) A reforma administrativa do ensino e (3) a estimativa dos custos do Plano.

Os documentos AK (Meios para a realização de um plano educacional), AP (Objetivos educacionais), AR (Objetivos educacionais) e AZ (Educação e Demografia) também foram preparados para contribuir para o Plano Decenal.

A minha colaboração ao Programa Estratégico limitou-se à discussão de alguns pontos de caráter geral. Na minha opinião, um "programa estratégico" - que, por definição é eminentemente setorial, parcial e a curto prazo - é a antítese de um planejamento racional.

Continuo a colaborar com o IPEA nos seguintes setores:

- a) organização do departamento de recursos humanos;
- b) preparação de um plano quinquenal de educação;
- c) trabalhos de assessoria aos estudos de Minas e Goiás;
- d) coordenação com os trabalhos dos GEOSSE.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

MINAS GERAIS:

O problema da planificação do Estado de Minas Gerais se torna mais difícil porque pelo menos quatro instituições diferentes se encarregam d'êlo, tais como a Faculdade de Educação da Universidade Federal, a Comissão Estatal do Salário Educação, a Comissão do Ensino Médio (MEC-USAID) e a Secretaria de Educação de Minas.

Em julho visitei, em companhia do Dr. Arlindo Lopes Correa, de IPEA, o Governador do Estado e o Secretário de Educação. Explicame-lhes que o Estado de Minas jamais terá um Plano se d'êlo se encarregarem quatro grupos de planificação e que somente depois da solução d'êsse problema poderiam o IPEA e os CEOSSE prestar uma assistência verdadeiramente eficaz.

Um convênio entre o Ministério de Educação, IPEA e a Secretaria foi assinado no fim do ano de 1967, para assegurar a coordenação dos trabalhos de planejamento. Prevê-se que iniciar-se-a a sua execução em maio de 1968.

Tenho estado em constante comunicação com o grupo de planificação da CESE de Minas desde abril (ver documento BH(MG)). O documento BP, sobre as Matemáticas da Planificação Educacional foi elaborado especialmente para responder às perguntas feitas por êsse grupo, e pelos do Rio Grande do Sul, Bahia e IPEA. O documento CG descreve detalhadamente a aplicação dos sistemas de Matemáticas Educacionais ao caso de Minas Gerais.

Por ocasião de minha última visita a Belo Horizonte, em março de 1968, colaborei no estudo de planos educacionais primários para Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem, e na definição de modelos para a elaboração de planos para vários tipos de municípios urbanos, semi-urbanos e rurais.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SERGIFE:

Estive em Sergipe em dezembro de 1967, para assegurar o "follow up" dos CEOSE (ver documento BA)

Durante a minha estada, processavam-se as últimas revisões a um projeto de lei sobre a reorganização administrativa da secretaria, cujo texto, desde abril, estava sendo examinado.

Discuti, igualmente, com o Secretário e o grupo de planificação de Sergipe, a adoção de novos sistemas de distribuição de bolsas de estudos, e a possibilidade de estabelecimento de um projeto de alfabetização funcional em Sergipe, em colaboração com a Petrobrás.

O Secretário estaria disposto a ceder a direção, ad interim, da divisão de alfabetização de sua Secretaria, ao perito que a UNESCO enviará para a execução de um projeto de alfabetização funcional em seu Estado.

O Secretário insistiu no pedido de visitas regulares de membros do grupo CEOSE-IPEA, em 1968.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

GOIÁS:

Por ocasião de uma visita a Goiás, em julho, em companhia de peritos do IPEA, tive ocasião de formular algumas recomendações sobre modificações que deveriam ser introduzidas na organização administrativa da Secretaria de Educação desse Estado - que já é bastante moderna e adequada. (Documento BN)

O modus operandi a adotar para a elaboração do Plano Educacional foi também discutido com o Governador do Estado e com a Secretaria de Planificação do Estado de Goiás, organismo particularmente importante nessa região fronteiriça.

Em princípios de novembro, procurei-me no Rio o grupo de Planificação da SEC de Goiás, que me pediu intercedesse junto ao governador para acelerar a implantação dos novos sistemas administrativos propostos para Goiás. Consultei-me também sobre a construção de um modelo "sócio-cultural" para o desenvolvimento dos sistemas de ensino primário e secundário.

O IPEA destacou, especificamente, um grupo para continuar dando assistência técnica ao Estado de Goiás.

PERNAMBUCO:

Junto com o Prof. Durmeval Trigueiro e o Prof. Michel Debrun, participei de primeiro CEOSE de Pernambuco, em fins de outubro. Voltei a Recife em dezembro, para um "follow up", em companhia de Michel Debrun e do Dr. Frederico Amorim, do IPEA.

A situação em Pernambuco não evolui de maneira satisfatória, não - como é freqüentemente o caso - devido à inércia do Conselho ou do Secretário de Educação, mas, sobretudo, porque desejam pôr em funcionamento imediatamente um projeto de reforma administrativa "SUI GENERIS" que é antitécnico (Documento CE).

Tive que manifestar minhas objeções à nova legislação sobre o ensino, que fizeram aprovar pela Assembléia Legislativa, uma vez que ela contém diversas cláusulas absolutamente contrárias às recomendações dos CEOSE, e especificamente:

(a) a legislação que estabelece as bases de uma reforma administrativa, e de um sistema de planificação, enuncia os "objetivos" da política educacional de maneira tão detalhada, que torna implícito o padrão de um plano futuro. E isso, sem que se tenha empreendido um estudo sério da coerência e do realismo desses objetivos. Não foram sequer reunidas as estatísticas necessárias.

(b) No projeto, pelos menos 4 entidades ou grupos - das quais duas de tipo parlamentar - devem encarregar-se da elaboração do Plano. Três desses grupos são supérfluos.

Minhas objeções foram ouvidas com amabilidade pelo Secretário de Educação e pelos membros da "Câmara de Planificação do Conselho Estadual de Educação" de Pernambuco, responsáveis pelo projeto de lei, isto é, sobretudo a Prof^a. Cândida Maciel e o Prof. Carlos Maciel, membro dos CEOSE. Eles tentarão, pelo menos, confiar a um só grupo a responsabilidade técnica pela elaboração do Plano.

O Secretário e membros do Conselho pediram também uma ajuda ulterior do grupo CEOSE-IPEA para:

(a) Contribuir para o estudo da criação de um sistema permanente de levantamento de informações e estatísticas, em colaboração com a Ford Foundation, que parece disposta a financiar tal projeto. (Em janeiro falei com a Ford Foundation no Rio. Não financiaram o projeto).

(b) Estudar os detalhes de uma organização administrativa da Secretaria. (O Secretário não apóia com vigor esta solicitação: ele deseja estudar primeiro se se necessitar verdadeiramente uma reforma de fundo).

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL:

Participei, em julho de 1967, nos CESE do Rio Grande do Sul com o Conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes e o Prof. Carlos Maciel. Dividimos o trabalho e dediquei-me a definir, com os membros do Conselho Estadual de Educação e os dirigentes de todos os departamentos administrativos e estatísticos da Secretaria, as bases técnicas (1) da planificação da Educação no Rio Grande do Sul; (2) de uma reforma dos serviços administrativos da Secretaria; (3) da organização dos serviços técnicos da planificação.

Os documentos BK e BS contém um resumo de minhas recomendações.

Os CESE do Rio Grande tiveram resultados bastante positivos. O grupo de planificação do Conselho Estadual de Educação - numerosos membros do qual vieram frequentemente ao Rio para me consultar - elaborou, em dezembro, um "Plano Educacional do Rio Grande do Sul" que é o primeiro Plano Estatal a responder às normas do plano decenal federal do IPEA e às especificações bastante exigentes de meu documento ED.

Fui convidado a ir a Porto Alegre em 1968 para retomar a discussão da reforma dos sistemas administrativos e de planejamento.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

PARANÁ:

Fomos diversas vezes - eu e o Professor Durmeval Trigueiro Mendes - a Curitiba para assegurar o "follow up" dos CEOSE de julho (ver documentos BC, BF(PAR) e BG(PAR)).

A política interfiriu em nossos trabalhos. Os planejadores e técnicos do Paraná, e principalmente os do Conselho Estadual de Educação e da FUNDEPAR - de qualidade excepcional -, acham-se em conflito com o Secretário de Educação, o qual escolheu para encarregar-se da Planificação um grupo de competência e experiência limitada.

Sérios progressos foram, no entanto, obtidos no domínio da estatística e dos cadastros do pessoal e dos ativos da Educação. A FUNDEPAR, que utiliza os integradores eletrônicos da CELEPAR, dispõe, no momento, das mais completas e sofisticadas informações sobre a situação de todos os sistemas educacionais do Paraná.

Uma vez sanada a situação política, todo um dispositivo de planificação poderá ser posto em funcionamento.

Durante o segundo semestre de 1967, recebi freqüentemente no Rio de Janeiro visitas de técnicos da Secretaria, do Conselho e da FUNDEPAR, consultando-me sobre os mais variados assuntos.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

BAHIA:

A reorganização da administração da Secretaria de Educação da Bahia e o desenvolvimento de seu sistema de planificação foram o objeto de muitas de minhas visitas a Salvador durante o segundo semestre, e de numerosas comunicações técnicas (ver notadamente os documentos BB, BF(B), BG(B), BQ e CC).

Nos últimos meses empenhei-me principalmente - com o Secretário de Educação e seu grupo de planificação - em encontrar uma solução para os seguintes problemas:

(a) Desenvolvimento de um sistema de planificação, a médio e longo prazo, para os setores da educação e da mão-de-obra, já institucionalizados por todas as outras atividades econômicas e sociais do Estado.

(b) Criação, no seio da Secretaria de Educação, de instrumentos suplementares aos já fornecidos pela Reforma Administrativa do Estado, e adaptados às exigências da planificação a médio e a longo prazo.

(c) Racionalização de um sistema de descentralização geográfica das atividades da Secretaria.

(d) Preparação de um Cadastro geral e permanente da Educação.

Em janeiro de 1968 adiante os seguintes projetos:

(a) Estudo dos polos de desenvolvimento no estado da Bahia.

(b) Crítica de primeiro rascunho do Plano de Educação Primário.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SANTA CATARINA:

Realizou-se, em julho, uma reunião em Florianópolis, de que participei, em companhia do Professor Michel Debrun. Dediquei-me particularmente à análise de certos problemas do ensino primário, e à descrição das estruturas que deveriam ser criadas para assegurar a organização da planificação (ver documentos BO, BC(CAT) e BR.

Os CEOSE de Santa Catarina não tiveram ainda resultados positivos. O follow up está a cargo do Prof. Oswaldo Ferreira de Melo - Reitor da Faculdade de Educação da Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina e membro do Conselho Estadual de Educação - que, em novembro e dezembro de 1967 seguiu os cursos do Instituto Regional de Santiago, em bolsa de estudos. Parece que encontra dificuldades em fazer com que o Secretário de Educação - personagem essencialmente político - aceite a idéia de uma reforma administrativa.

Esse problema será retomado por ocasião de uma próxima visita do grupo CEOSE-IPEA.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SÃO PAULO

De novembro de 1966 a janeiro de 1967, participei nos trabalhos da "Comissão de Reestruturação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo", que estudou a operação dos sistemas normativos, informativos e administrativos da Secretaria e formulou recomendações completas (incluindo um Projeto de Lei) sobre sua reorganização. (documentos AS e AV).

Algumas das reformas sugeridas foram parcialmente implantadas. Com a saída do Secretário, Prof. Carlos Pasquale, da SEC de São Paulo, foram suspensos os trabalhos da Comissão, assim como as reformas daquela organização.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

RIO DE JANEIRO

Em maio e junho de 1967, em colaboração com o IPEA, estudei o sistema administrativo da Secretaria de Educação do Estado de Rio de Janeiro e formulei uma série de recomendações sobre as reformas que se faziam necessárias e sobre a organização de um sistema permanente de planejamento (documento BF(Rio)).

Este projeto foi abandonado porque o Secretário de Educação não criou o grupo local de alto nível, que deveria discutir e implantar aquelas reformas e as demais recomendações formuladas pelo IPEA.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

ESPÍRITO SANTO

Em janeiro de 1967 estudei, em colaboração com o IPEA, os programas de expansão da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória. Assessoriei o grupo de planejamento da Universidade na confecção de um cadastro preliminar dos recursos do Estado em profissionais das categorias mais importantes e de uma projeção das necessidades prováveis em 1970. Esses estudos foram aproveitados para o cálculo do número de vagas que deverão ser disponíveis em cada uma das Faculdades e as características arquitetônicas e financeiras gerais da Universidade.

OUTROS PROJETOS

Além do trabalho realizado em colaboração com as instâncias federais e estatais encarregadas da planificação da Educação e da Reforma Administrativa, dediquei-me, também, a alguns projetos conexos, a pedido de organizações paraestatais ou regionais.

INEP:

Para o diretor do INEP, Dr. Carlos Mascaro, redigi os documentos BU, que contém minhas sugestões para o programa de assistência técnica estrangeira no domínio da Educação, e BW, sobre os problemas do professorado primário. Esses documentos estão anexados ao meu relatório.

As recomendações sobre o programa de assistência técnica foram adotadas pelo Dr. Mascaro, Dr. Durmeval Trigueiro dos GEOS e Dr. Arlindo Lopes Correa do IPEA.

OUTROS PROJETOS

SUDENE:

Per ocasião de minhas viagens a Recife, em outubro e dezembro, em companhia dos meus colegas do IPEA e dos CEOSE, conversei com os especialistas do grupo de recursos humanos da SUDENE, tentando estabelecer o papel que esta instituição poderia desempenhar, no programa CEOSE-IPEA de assistência técnica às Secretárias de Educação dos Estados do Nordeste.

Minha reação é essencialmente negativa: a SUDENE, que dispõe de alguns técnicos excelentes, está teoricamente em boa posição para formular, para todos os Estados do Nordeste, um programa de mão-de-obra, de especialização e de profissionalização, cuja execução poderia ser confiada aos diferentes Estados.

Além disso, um importante grupo da OIT presta assistência à SUDENE na elaboração de um estudo das disponibilidades de mão-de-obra, que ficará pronto em agosto de 1968, provavelmente.

As altas autoridades da SUDENE não parecem, no entanto, muito interessadas nesse gênero de estudo e de atividade.

Mesmo que sua atitude mudasse, os planejadores de mão-de-obra nunca poderiam obter projeções e conclusões bastante úteis, uma vez que a SUDENE não dispõe de estudos detalhados dos recursos naturais, potenciais e atuais do Nordeste, e não se encontra em condições de definir a orientação provável da economia - e da mão-de-obra desta região.

Nossas conversações indicaram, no entanto, que a colaboração da SUDENE nas atividades CEOSE-IPEA poderia, talvez, estender-se a certos projetos específicos, como a reforma das estruturas administrativas das Secretarias de Educação. Conviria, no entanto, examinar se a doutrina SUDENE nesse campo não difere muito da dos CEOSE-IPEA. Esse tema deveria ser o objeto de um próximo encontro com a SUDENE.

OUTROS PROJETOS

SENAI:

O Dr. Carlos Pasquale, Diretor do SENAI de São Paulo pediu-me para estudar a operação e os projetos de seus serviços de estudo, que já dispõem de informações e projeções bastante sofisticadas sobre a disponibilidade e a demanda de trabalhadores especializados e de técnicos de nível médio. Minhas recomendações foram o objeto do documento BY e CB.

O Dr. Arlindo Lopes Correa do IPBA iniciou, em 1968, a organização de um serviço de previsão da demanda futura de mão-de-obra especializada e não-especializada de todos os níveis, em colaboração com o Ministério de Trabalho e com o Ministério da Educação. Em desenvolvimento das minhas recomendações, utilizará os serviços do SENAI de São Paulo para iniciar os estudos e projeções pilotos.

OUTROS PROJETOS

SUDESUL:

Em Porto Alegre, entabulei conversações similares com a organização regional dos estados do Sul (SUDESUL), com a qual parece-me possível chegar a resultados mais positivos. É, entretanto, bastante difícil definir o papel que as organizações regionais poderiam desempenhar relativamente aos domínios da planificação da Educação e da mão-de-obra.

Na realidade, as autoridades federais não parecem possuir um critério muito nítido sobre as verdadeiras funções das organizações regionais. Em meados de 1967, por exemplo, parecia que elas iriam encarregar-se da planificação do país, e poder-se-ia mesmo perguntar quais seriam, nessas circunstâncias, as funções do Ministério do Planeamento.

Em fins de 1967, ficava o Ministério do Planeamento novamente encarregado da planificação, e as organizações regionais se reduzem, de novo, ao papel tradicional de administração financeira da federação, sobretudo nos setores de investimentos físicos, e nas regiões deserdadas.

DOCUMENTOS

1966

- AB Novos modelos propostos para a projeção das cifras da população
- AC Programa dos CEOSE sôbre planejamento
- AD Definição geral dos planos
- AE Sistema de Satélite Educacional
- AG Aspectos econômicos do professorado
- AJ Receitas e despesas com o ensino
- AK Meios recomendados para a realização de um plano educacional
- AP Os objetivos da Educação
- AR Estudo dos Repetentes
- AS Reestruturação Administrativa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
- AT₁ Plano Decenal: Projeção da Matrícula no Brasil: ensino primário e ginásial
- AT₂ Plano Decenal: Projeção dos custos do ensino primário e ginásial no Brasil
- AV Normas propostas pela operação dos sistemas educacionais no Estado de São Paulo
- AX Plano Decenal: Reforma administrativa do Ministério e das Secretarias Estaduais de Educação

1967

- AZ Demografia e Educação
- BA Recomendações sobre o planejamento educacional e Reforma Administrativa - Estado de Sergipe
- BB Recomendações gerais sobre planejamento educacional - Estado da Bahia
- BC Recomendações preliminares sobre planejamento educacional - Estado do Paraná
- BD Conteúdo de um plano estadual de Educação
- BE Conteúdo de um plano estadual de emergência
- BF(B) Sugestões sobre uma reforma administrativa - Estado da Bahia
- BF(PAR) Sugestões sobre uma reforma administrativa - Estado do Paraná
- BF(RIO) Sugestões sobre uma reforma administrativa - Estado do Rio de Janeiro
- BG(B) Recomendações sobre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Est. da Bahia
- BG(PAR) Recomendações sobre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Estado do Paraná
- BG(CAT) Recomendações sobre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
- BH(MG) Metodologia pelo cálculo dos índices básicos de produtividade de educacional - Estado de Minas Gerais
- BJ(ES) Cálculo da demanda provável de profissionais do nível universitário - para a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo
- BK Recomendações sobre a reforma administrativa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul
- BN Recomendações sobre a reorganização do regulamento da SEC do Estado de Goiás
- BQ Recomendações sobre a organização administrativa dos sistemas de planejamento educacional - Est. de Santa Catarina

- BP Matemáticas do Planejamento Educacional
- BQ Recomendações à SEC da Bahia sobre Cadastro, Reforma Administrativa e Polos de Desenvolvimento
- BR Soluções sugeridas para alguns dos problemas principais do ensino primário e da Educação Permanente - Estado de Santa Catarina
- BS Recomendações sobre organização administrativa dos sistemas de planejamento educacional - Estado do Rio Grande do Sul
- BU Recomendações sobre um programa de Assistência Técnica Estrangeira
- BW Problemas do Magistério primário
- BX Alguns comentários sobre o Plano Nacional de Metas
- BY Os sistemas do SENAI de São Paulo
- BZ Contributions au document préparatoire de la Conférence Internationale de Planification de l'éducation

DOCUMENTOS

1968

- CB Recomendações sobre sistema de fichas e computadores para o SENAI - São Paulo
- CC Cálculo da Matrícula Primária por Série - Est. da Bahia 1965/70
- CD Estimativa provisória das despesas com o ensino em 1967 (União, Estados, Municípios e Particulares)
- CE Memorandum sobre a organização do planejamento educacional na SEC do Estado de Pernambuco
- CG Cálculo e Projeção da Matrícula e dos principais parâmetros educacionais 1966/70. Estado de Minas Gerais.
- CJ Uma nova estimativa das despesas com o ensino no período 1964/70 (documento provisório)
- CL Matemáticas Educacionais. Análise das relações entre alguns parâmetros principais
- CM Estruturação dos órgãos da faixa normativa no Ministério da Educação
- CN Modelo para o planejamento educacional de vários municípios de Minas Gerais (Modelo de Contagem)
- CO Organização funcional de nova "Área de Recursos Humanos" do IPEA.

VIAGENS em 1966

Abril

PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - II Conferência Nacional de Educação e visitas à SEC.

FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Visitas à SEC e à Faculdade de Educação.

CURITIBA (PARANÁ) - Visitas à SEC e à FUNDEPAR.

Julho

BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Conferência C.R.P.E.

Agosto

SÃO PAULO (SÃO PAULO) - 1ª Reunião da Comissão de Reestruturação da SEC de S. Paulo.

CURITIBA (PARANÁ) - FUNDEPAR e SEC.

SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reestruturação da SEC

CURITIBA (PARANÁ) - FUNDEPAR e SEC.

FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - SEC e Faculdade de Educação.

Novembro

SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reestruturação da SEC

BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - 3ª Conferência sobre "Técnicas de Estatística e Amostragem", do C.R.P.E.

Dezembro

SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Definição dos GROSE

CURITIBA (PARANÁ) - Definição dos GROSE

FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Definição dos GROSE.

VIAGENS EM 1967

8 - 10 janeiro	FORTALEZA (CEARÁ) - Preparação dos CEOSE
11 - 12 janeiro	NATAL (RIO GRANDE DO NORTE) - Preparação dos CEOSE.
13 - 14 janeiro	JOÃO PESSOA (PARAÍBA) - Preparação dos CEOSE.
	RECIFE (PERNAMBUCO) - Conversações com a SUDENE.
21 - 25 janeiro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reorganização da Secretaria de Educação.
26 - 27 janeiro	VITÓRIA (ESPÍRITO SANTO) - Planificação da Universidade Federal do Espírito Santo.
17 - 23 abril	ARACAJU (SERGIPE) - Primeiro CEOSE.
24 - 25 abril	SALVADOR (BAHIA) - III Conferência Nacional de Educação.
8, 10, 18 maio	NITEROI (RIO DE JANEIRO) - Organização planificação e reforma administrativa (com o IPEA).
21 - 31 maio	CURITIBA (PARANÁ) - CEOSE
11 - 17 junho	SALVADOR (BAHIA) - Organização, planejamento e reforma administrativa.
21, 26, 27 junho	NITEROI (RIO DE JANEIRO) - Organização, planejamento e reforma administrativa (com o IPEA)
4 - 5 julho	CURITIBA (PARANÁ) - Follow-up do CEOSE .
6 - 9 julho	FLORIANÓPOLIS (STA. CATARINA) - CEOSE.
10 - 16 julho	PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - CEOSE e discussões com a SUDESUL.
17 - 18 julho	CURITIBA (PARANÁ) - Follow-up do CEOSE.
25 julho	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Organização e planejamento (com o IPEA).

- 26 - 27 julho BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL) - Organização, Plano Nacional de Educação (com o IPEA e a Secretaria Geral).
- 28 - 29 julho GOIÂNIA (GOIÁS) - Organização, planejamento e reforma administrativa (com o IPEA)
- 30 julho - 1º agosto BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Organização, planejamento (com o IPEA).
- 21 - 23 agosto SALVADOR (BAHIA) - Follow-up organização, planejamento.
- 24 - 26 agosto RECIFE (PERNAMBUCO) - CEOSE
- 24 - 25 outubro SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Análise dos sistemas do SENAI de São Paulo.
- 6 - 28 novembro PARIS (FRANÇA) - Reciclagem
- 18 - 20 dezembro RECIFE (PERNAMBUCO) - Follow-up do CEOSE e novas discussões com a SUDENE.
- 21 - 23 dezembro ARACAJU (SERGIPE) - Follow-up do CEOSE.

VIAGENS EM 1968

- 22 - 24 janeiro SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Visitas ao SENAI, ao SSI e à Secretaria de Educação.
- 24 - 27 janeiro SALVADOR (BAHIA) - Visitas ao Governador, à Secretaria de Educação e ao Grupo MED/USAID/SUDENE.
- 28 - 30 março BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Assessoria ao CESE de Minas Gerais.
- 16 - 17 abril CURITIBA (PARANÁ) - Visitas à SEC e à FUNDEPAR.
- 17 - 18 abril FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Visitas à SEC e à Faculdade de Educação.
- 19 - 26 abril PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - Visitas à SEC, ao Comitê Estadual de Educação e SUDESUL.